

## Das cores semióticas (a bem dizer da interligação entre comunicação e produção de sentido)

**Eliana Pibernat Antonini**

Doutora; foi pesquisadora CNPq com o Grupo Avançado de Pesquisa em Semiótica (GAPS) e professora convidada na UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

*In memoriam*

### Resumo

Este ensaio recupera, numa visão crítica, a possibilidade de entender a semiótica como uma metodologia de comunicação. Para tanto, debruça-se sobre a proposta metodológica presente no legitimado modelo semiótico textual e enunciativo criado por Umberto Eco, nos idos de 1978 e 1980. Refletindo sobre os percursos metodológicos que o autor constrói, redimensiona o leitor-modelo e o atualiza no papel de enunciatário. Prevendo analisar os produtos culturais contemporâneos, tal modelo reconstrói um simulacro de emissor/receptor, que o próprio tecido textual promove e repensa as estratégias de leitura passíveis de serem aplicadas a toda e qualquer tessitura comunicacional.

### Palavras-chave

Semiótica. Comunicação. Cultura. Produção de sentido. Modelos de análise.

*Nós somos o tempo em que vivemos. Vivemos nos três momentos, da espera, da tensão e da memória, e um não existe sem o outro. (ECO, 2005)*

As flores dos pessegueiros abriam o seu primeiro sorriso sobre a campanha sul-riograndense e Porto Alegre se preparava com seus jacarandás antigos e pintados de roxo para sediar mais uma Feira do Livro quando, ao início de um frio em setembro de 1991, Dóris Fagundes Hausen (então vice-diretora da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Famecos/PUCRS) me leva até Maria

Imacolatta Vassalo Lopes para propor a então coordenadora dos Grupos de Trabalho (GT's) da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), a criação de um grupo de pesquisa em Semiótica. Acostumada às lides mais voltadas à literatura, à linguagem e à teoria intercedi por um espaço onde os estudos de interpretação e produção dos signos fossem respeitados e vinculados sempre aos da comunicação e, em decorrência, aos midiáticos e virtuais das mais novas tecnologias.

Os estudos de Semiótica neste momento estavam esquecidos no Rio Grande do Sul, uma vez que o grupo representativo da Associação Brasileira de Semiótica, Regional Sul, havia sido desfeito depois de muito atuar em prol deste espaço. Por tal, delimitar um perfil novamente consistente, vigoroso e reflexivo e que permitisse a discussão entre os pares era um desafio. Tomei para mim esta tarefa e contatei imediatamente Ione Bentz, Elizabeth Bastos Duarte, Maria Lilia Castro e demais outros participantes da Regional e do primeiro Congresso de Semiótica realizado no Rio Grande do Sul sob o aval da dita Associação Brasileira de Semiótica, sediada na PUC de São Paulo e liderada por Lucia Santaella. Pretendia retomar em profundidade as discussões sobre o impacto da Semiótica na Comunicação e ter como meta a escuta das várias vozes que se erguiam a favor e ou contra tal linha de pesquisa. Tarefa deveras difícil, uma vez que os estudos da produção de sentido após o *boom* dos anos 70, cujo ápice no Brasil se deu nos 80, haviam sido esquecidos a ponto de Frank Hartmann afirmar que a Semiótica perdera o trem da história. Na verdade, a Semiótica passara a ser um organismo conceptual que, através de modelos abstratos, atualiza as interpretações das mensagens textualizadas da cultura, devendo permitindo “ler o mundo como um grande texto e o texto como um mundo” repensando, entretanto, um modelo heurístico sobre o qual constrói as suas metodologias, caracterizando-se como um instrumental teórico-crítico para interpretação dos fenômenos e da realidade cotidiana.

O grupo teria a discussão sobre a validade de um instrumento que desse conta das análises interpretativas e onde a pluralidade de visões se descortinasse como uma proposta de reflexão crítica sobre a própria Semiótica e também sobre uma Semiótica crítica advinda dos mais atuais estudos ligados à produção de sentido. Julgando evidente que o espaço midiático e o virtual se concretizam como grande painel onde se espelham as mais singulares representações e os mais díspares acontecimentos de uma dada cultura, o grupo partiria da tentativa de entendê-los enquanto interpretações amplas e ou fechadas, divergentes, quando submetidas a leitores/receptores também díspares. Me permiti, então, usar como linha-mestra os estudos de Umberto Eco e sua perspectiva da Semiótica como

uma teoria da cultura. E segui minha linha teórica para delimitar os primeiros elementos deste GT, hoje GT Semiótica. (Ver memória do Grupo).

Creio que não é de hoje a discussão que paira entre a real contribuição que os estudos semióticos podem trazer às pesquisas na área da Comunicação. Seja entendida como um projeto teórico mais amplo, seja vista como um mero recorte de análise discursiva, seja meramente um instrumental que dê conta de análises midiáticas cabe aos estudiosos mais dedicados, sem dúvida, observar os procedimentos de construção de sentido no *corpus* midiático a partir de um enfoque mais singelo, qual seja, o de entendê-la, a Semiótica, como uma mera metodologia capaz de desvendar caminhos intrincados e desafiadores seja nas instâncias da recepção, da emissão e, acima de tudo, na produção intrínseca da textualidade.

Muitas vezes por demais preocupados com os limites do objeto, com as interferências plurais do campo, com a própria visão de ciência e método, debruçamo-nos sobre a realidade empírica em busca de representações culturais que nela se espelhem, sem nos permitir questionar procedimentos já consagrados, até estagnados, ultrapassados em seus modelos por demais dogmáticos. Escorados e legitimados por pensadores da cultura globalizada, do simulacro, das tecnologias virtuais e hipertextuais, afastamo-nos, por vezes, do cerne teórico e vamos à deriva numa recapitulação de discussões já esvaziadas.

Digo isso porque os produtos culturais constituídos como tessitura midiática, como amostragem de dada e particular cultura, podem ser enfocados a partir de uma ótica peculiar, onde se recortem as marcas de significação, as searas metodológicas e, através de alguma tentativa pragmática, pressupormos seus limites de reconhecimento e até de uso. Mergulhados nas categorias-fetichismo, tão ao gosto dos *mass media*, esquecemos, por vezes, de remeter nossos questionamentos às correntes mais fecundas do pensamento científico e filosófico, numa dialética mais hegeliana, dos processos representativos numa visão *à la* Umberto Eco e apreciação estética *à la* Walter Benjamin, em discussões que extrapolem as visões da hipermodernidade e redimensionem o contemporâneo.

Pensar no produto midiático como marca cultural pressupõe pensar não só a história da sociedade em sua tradição milenar, como também a história da sociedade de massa, escravizada pelo consumo, legitimada por tantos atos de violência e engodo. A prática social e crítica desta sociedade “neobarroca” no dizer sábio de Omar Calabrese, nos permite revisar noções de conhecimento, de aquisição do saber, de procedimentos analíticos, interligadas a dadas teorias e modelizações específicas. Mesmo um autor do porte de Umberto Eco em seu *Kant e o Ornitórrinco* questiona-se sobre o modo como percebemos

as coisas, os seres, o mundo, os textos... como usamos de modelizações e, por decorrência, de metodologias para tentar pôr à prova alguma teoria sobre o *conhecer*. E, no seu enciclopedismo peculiar, inicia aquela obra assim: “A história das pesquisas sobre o significado é rica de *homens* (que são animais racionais e mortais), de *solteiros* (que são machos adultos não-casados) e até de *tigres* (mesmo que não saibamos se é certo defini-los como mamíferos felinos ou grandes gatos de pelo amarelo com listras pretas).”<sup>1</sup>.

Se o conhecer implica num *vis a vis* entre o Sujeito e o Objeto, tal dualismo pertence à essência do próprio saber, que se constrói na apreensão do que é representado pelo Objeto por um dado Sujeito. Tal processo gera um reconhecimento de simpatias, similitudes e diferenças, quem sabe antipatias, que um determinado objeto obtém em sua representatividade, em sua transformação em signo. A busca pela identidade instiga a procura de traços culturais que emanam de tais e quais objetos e que revelam tais e quais sujeitos. Por consequência, o próprio objeto sugere o método de abordagem e exige um sujeito receptor de expressa competência, dotado de uma curiosidade exemplar.

Entendemos, pois, por método, um procedimento que possibilita ao sujeito conhecer, dissecar, apreender tal objeto. Método como instrumento, portanto, que atualiza dada teoria, com caráter eminentemente dialético, que possibilita um ultrapassar de limites, uma ruptura, uma transformação de antigos conhecimentos em novos. Ou melhor, fazendo uso das palavras de Roland Barthes (1978), o método intervém apenas como procedimento sistemático, não heurístico, ainda que possa sugerir deciframentos ...

“O método não pode ter por objeto senão a própria linguagem, na medida em que ele luta para baldar todo discurso que *pega*: e por isso é justo dizer que este método é também ele uma **ficção**: proposta já avançada por Mallarmé, [...], **Todo método é uma ficção**’. A linguagem apareceu-lhe como o instrumento da ficção: ele seguirá o método da linguagem: a linguagem se refletindo.”<sup>2</sup> (BARTHES, 1978, p. 42, grifo da autora).

Se método pode ser ficção, neste viés tão poético, objeto será, aqui, uma construção da própria representação, até do próprio imaginário; espaço discursivo que existe num determinado tempo; objeto possível, real ou virtual; recorte; manifestação. Como bem se sabe, na competência semiótica, há um objeto dinâmico e um objeto imediato. Diz-nos Eco que, se existe, em termos peirceanos, um objeto dinâmico, nós o conhecemos apenas através de um objeto imediato. O objeto imediato é pura representação mental exista ou não o

<sup>1</sup> Eco considera ser de competência semiótica a apreensão de fenômenos que vão desde a percepção de um pôr do sol até a categoria de gêneros e suas variantes. (ECO, 1998, p. 17).

<sup>2</sup> A ideia de ficção está aqui respaldada na de grandes críticos literários e de historiadores do porte de Hayden White, ou seja, não significa objeto ficcional, mas sim, pode revelar muito mais da realidade do que qualquer outro tipo de discurso.

objeto, enquanto o objeto dinâmico seria o objeto dito real, que estaria fora do signo. Seria aquilo que “[...] o signo não pode exprimir e só pode indicar, deixando para o intérprete descobri-lo por experiência colateral.” (PEIRCE, 1958, CP 8.314). Um signo representará sempre seu objeto, que será uma possibilidade *ad infinitum* de gestação de outro signo, criando a cadeia da semiose contínua. A noção de objeto em lógica, interfere como uma proposição negativa ou pode ser pensada de forma distinta do ato pelo qual é pensado. Assim, todo e qualquer modelo, ainda que limitador porque amplo, abrangerá a representação de traços pertinentes e reiterativos que configuram um dado objeto. A teoria, neste enfoque, será um conjunto de princípios que interage sobre o objeto, sobre uma infinidade potencial de objetos, sistematicamente, e que se fazem pertinentes, verificáveis, em várias propostas de análise destes mesmos objetos.

Entendo, pois, que todo objeto carrega consigo uma relação de significação, que passa a representar uma convenção cultural, em que se manifestam as produções de sentido de dada sociedade, em dado tempo e espaço. As identidades e diferenças passam também a revelar significações que apontam para fronteiras, entre-lugares, espaços geopolíticos locais, globais, virtuais e de simulacro. Entender, analisar o objeto implica num processo de conhecimento de códigos, tecidos significantes que interagem em específica produção de cultura. Uma teoria semiótica é sempre uma teoria dos códigos e uma teoria da produção significa, onde código é, e será sempre, um sistema de significação dotado de lógica e invariantes. Nesta perspectiva, faz-se necessário entender o objeto como linguagem e de codificá-lo a partir de elementos diversificados que retratam as nuances textuais, contextuais e intertextuais. A separação entre conhecimento sobre o objeto, conhecimento do sujeito, reproduz uma outra, aquela onde o não-humano constitui a matéria-prima a partir da qual se constrói uma noção de objeto-mundo e, também, um perfil de sujeito “ideal” que recorta as amostragens da cultura a partir de uma inferência própria.

O sujeito, ao se deparar com as representações do objeto-mundo, faz uso de lógicas inferenciais e as retrabalha no interior de dado pressuposto teórico. Com isso, adquire a capacidade de projetar modelos que se adequem a representar, de forma cartográfica, o objeto. Ou, ainda, modelos que expressem os mecanismos que engendram o sentido, e que mergulhados no “caldo” da cultura, remetam ainda a contextos sociais específicos e interajam com múltiplos agentes históricos.

Nesta ótica, o sujeito que se dispõe a interpretar o objeto, deve, *a priori*, inferir sobre ele, e a partir daí construir algum tipo de relação que se permita reconhecer o objeto em

suas inúmeras virtualidades. Interpretar, nesta lógica, pressupõe compreender e, sobretudo, anteceder à significação de tal objeto. Na ampliação da referência aristotélica, constrói-se a relevância da significação de dado objeto em sua relação mais estreita com aquilo que representa. Representar aqui é conhecer a partir da competência simbólica. E, seja na visão saussureana, fenomenológica de Husserl, na teoria de Freud distendida por Lacan; seja na lógica abdutiva de Peirce, interpretar não é nem terá a atribuição de um conteúdo a uma forma, mas será sempre a descoberta de algum sentido privilegiado que certo objeto refere. Digo mais, poderá ser a tradução de uma unidade de significação em outra, o ato de seleção que gera sentido, a equivalência entre signos e até semioses, quiçá o interpretante da teoria de Pierce. O jogo interpretativo leva ao reconhecimento de que cada objeto agrega uma produção de sentido, que poderá ser revelada, ao sujeito, no momento em que este se debruça em sua análise do objeto preferido. O jogo interpretativo propõe limites ao sujeito, ao contexto cultural, ao próprio objeto-texto. E para tal, necessita-se melhor entender a construção de simulacros textuais a partir de modelos abstratos de leitores. Ou seja, entender e teorizar sobre a mentira.

Na minha concepção, insistir em compreender, analisar os produtos culturais midiáticos, sem a aplicação de um método específico que dê conta da construção das semioses possíveis, dos limites de que a desconstrução prescreve, enquanto abordagem metodológica, acaba por nos fazer esquecer que estamos frente a um objeto polêmico, interdisciplinar, fugitivo, o da Comunicação. Interagimos com ele de muitas formas e podemos estudá-lo, visualizá-lo a partir de pressupostos teóricos que remetem a estratégias produzidas, questionadas, ampliadas pela própria comunidade científica. Se pensarmos com Umberto Eco, quando um texto é produzido para um grande conjunto de leitores, seu objeto deverá ser entendido a partir de uma complexa estratégia de interações que envolverão, desde seus leitores e suas competências de leitura, a língua e a enciclopédia de suas realizações e linguagens, até as convenções culturais produzidas por essas mesmas linguagens. Posto isso, um texto nada mais é do que a estratégia que constitui o universo de suas interpretações legítimas ou legitimáveis a partir dos modelos que o recortam e que podem apreendê-lo no seu universo significativo (ECO, 1983, p. 63).

Nesta perspectiva, a originalidade do autor Eco consiste em tratar o problema dos simulacros textuais do *enunciador* e do *enunciatário* como estratégias que simulam o comportamento interpretativo de ambos. O texto será um produto cujo destino interpretativo forma-se a partir do seu próprio mecanismo gerativo e a relação entre fruidor

e fruído será sempre uma relação de alteridade. O leitor, como princípio ativo desta interpretação, faz parte da geração, da gestação do próprio texto.

Deste modo, o leitor-modelo, categoria metodológica de leitura do sentido textualizado para Umberto Eco deve, pois, ser entendido como um conjunto de *estratégias textuais*, apresentadas a partir da manifestação linear de um determinado texto, e que *coopera* para a sua própria atualização conforme esta for prevista pelo autor, pela obra em si mesma e pelo receptor. Tanto o autor-modelo quanto o leitor-modelo representam duas instruções fornecidas pelo texto, que somente se tornam devidamente esclarecidas através da *interação* que se dá no e pelo processo de leitura. O leitor-modelo “[...] constitui um conjunto de *condições de êxito*, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no seu conteúdo potencial.” (ECO, 1983, p. 45). Já o autor-modelo, por sua vez, pode ser reconhecido como um determinado *estilo de escrita*, como aquela “[...] voz que nos fala afetuosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer a seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo.” (ECO, 2009, p. 21).

Um leitor-modelo pode estar aberto a múltiplos pontos de vista interpretativos, cujo trabalho cooperativo e logo exaustivo o transforma em um *leitor crítico*; ou se tornar um *leitor ingênuo*, cuja obediência textual, ancorada unicamente em uma semântica linguístico-frasal estreita, linear e mínima, lhe prive da percepção de horizontes mais amplos nos bosques da interpretação. De qualquer modo, como o que caracteriza um texto é sua possibilidade de “abertura” à complementação, o trabalho interpretativo de preenchimento da *incompletude* que constitui o *tecido textual*, só pode gerar-se em conjunto com a *cooperação do leitor*, seja este crítico ou ingênuo. Conforme Umberto Eco é esta atividade de cooperação interpretativa “[...] que leva o destinatário a tirar do texto aquilo que o texto não diz (mas que pressupõe, promete, implica e implícita), a preencher espaços vazios, a conectar o que existe naquele texto com a trama da intertextualidade da qual aquele texto se origina e para a qual acabará confluindo.” (ECO, 1983, p. IX).

A questão dialética entre interpretação e texto, entre tecido articulado, articulável por sujeitos de um fazer, fruidores e compositores de uma nova leitura, acaba por desenvolver tal modelo interpretativo. Deste modo, Eco sugere que *postular a cooperação do leitor não significa contaminar a análise com elementos extratextuais*. Sua compreensão da *intentio operis* prevê uma noção de contextualidade, que evidentemente estará representada

no texto, mas que só será totalmente entendida quando um leitor ideal interagir sobre este mesmo texto, com suas competências enciclopédicas. Neste viés, procura-se articular as semióticas textuais de primeira e segunda geração com a semântica dos termos, sublinhando os processos de cooperação interpretativa. Revisa-se a teoria dos códigos e da competência enciclopédica, numa tentativa de prever as atualizações discursivas que um mesmo texto pode gerar e se vai além, contrapondo, a esta teoria dos códigos, uma teoria das regras de geração e interpretação textual. Apresenta-se os fundamentos semióticos da cooperação textual que seguem a ótica peirceana, revendo a noção fulcral de interpretante de Pierce e retrabalhando-a em nível de discurso e dos mais diversos eixos textuais. Ao leitor cabe, agora, completar as clareiras da significação, usando não só o idioma e o idioleto, mas também recuperando os não-ditos, as interdições de sentido, a partir das contextualidades que consegue perceber. O texto passa a ser visto como um mecanismo, que pode ser aberto ou fechado, e cujas interpretações se revelam, por vezes, cruzadas e complexas.

Posto isto, interpretar um texto-mundo significará colocar em evidência o significado intencionado pelo autor, ou sua essência (independente de nossa interpretação) ou ainda, se acreditarmos que os textos podem ser infinitamente interpretados, em uma e outra situação, interpretar ou significará “[...] reagir ao texto do mundo ou ao mundo de um texto produzindo outros textos [...]”. (ECO, 1995, p. 31). Logo, o problema não consiste em discutir a velha ideia de que o mundo é um texto que pode ser interpretado (e vice-versa) e sim em decidir se ele tem um significado fixo, uma pluralidade de significados possíveis ou não tem significado nenhum (quicá poderá ter até uma bela deriva de sentido!). Esta última possibilidade está representada pela semiose hermética, onde se pode deslizar de significado para significante, de semelhança para semelhança, de uma conexão para outra, garantindo ou negando a presença de um significado universal, unívoco e transcendental. A semiose hermética identificaria, em cada texto, a plenitude do significado, e revelaria os efeitos contínuos de deslizamento de todo significado possível. O significado de um texto seria continuamente proposto, e o significado último - se é que ele existe - converter-se-ia num segredo inatingível. Tudo isso acabaria por confirmar uma deriva interpretativa infinita.

A semiótica do Leitor-modelo é, pois, sempre e sempre estratégia textual, que só se percebe a partir da determinação dos **tópicos que o texto nos revela e da sua real isotopia**. A saber, Umberto Eco denomina estratégia textual o mecanismo que regula a



cooperação entre emissor e receptor e pressupõe que o texto espere, sempre e sempre, por um leitor-ideal. Tudo isso gera um problema. O texto midiático é geralmente limitado por se dirigir a um público determinado e por ter, na perspicaz visão de Roland Barthes, um sentido único. Tal público, muitas vezes, pode interagir com uma decodificação aberrante, uma leitura distorcida daquela esperada. A cooperação interpretativa, sugerida pelo autor, pode incorrer num equívoco, por parte do leitor mais desprevenido, que só será corrigido se alguns limites lhe forem impostos. Limites que interagem na formação discursiva e que comparam e ancoram o sentido textual. Mas, o mais importante para a leitura que se faz dos **media**, significa usar o esquema de Eco enquanto dialética entre a intenção da obra e a intervenção do leitor onde:

- a) os destinatários críticos podem "resistir" à influência das mensagens, descobrindo e apontando as estratégias textuais que o autor organiza para a leitura interpretativa;
- b) o autor/produtor dos **media** deve ter em conta que seu êxito depende de quantas chances interpretativas dará ao leitor disposto a segui-lo e a cooperar com o seu texto.

Esta estratégia de cumplicidade será, portanto, o mais essencial para toda uma teoria da recepção centrada em um modelo ideal e abstrato de leitor. E, se revestirá, na sociedade contemporânea, em simulacros de leitores, autores, que funcionarão como espectros possíveis, virtuais, de concretização dos textos midiáticos.

Preocupado em delimitar seu campo de pesquisa, Umberto Eco revela que seu discurso partiu da possibilidade de interpretar e reconhecer códigos que se manifestam nos fenômenos comunicativos. A questão epistemológica recobre “[...] uma pesquisa semiótica que trabalha sobre um fenômeno social como a comunicação e sobre sistemas de convenções culturais como os códigos [...] o salto consiste em passar, através de uma série de ficções descritivas, do universo dos seres humanos ao universo dos modelos comunicativos.” (ECO, 1976, p. 362). Dialeticamente, isto aponta para hipóteses de códigos que funcionam como modelos estruturados de possíveis trocas comunicacionais.

Reiteramos, ao propor uma semiótica da interpretação, dos limites que tal interpretação sugere, como já dito anteriormente, nosso autor constrói um modelo de estratégia textual que pressupõe uma figura do leitor de modo totalmente abstrato. Para Umberto Eco, não está em questão um tipo de modelo comunicativo que projete um receptor efetivo sociológico ou empírico, mas sim uma grande categoria textual que dê conta

de vários tipos de tessituras. Esta sua aposta no e pelo texto acaba por revelar um procedimento metodológico que recupera, via tecido construído culturalmente, as nuances dos receptores efetivos. Aos receptores empíricos cabem outras funções que aqui não serão exploradas. Aos receptores modelos se oferece um contrato enunciativo, e se exige um grau de competência enciclopédica que os torna capazes de identificar e interpretar os códigos elencados. Tentando estabelecer as diferentes relações de sentido a partir de um modelo semiótico, Eco e Fabbri introduzem a questão da significação e da decodificação, e ampliam este referencial, chegando à noção de texto confrontada com a de contexto, este último já estabelecido, dado dentro de uma produção cultural demarcada.

Assim, centrando-se no texto, a visão de Eco, que aqui endosso, nada mais é do que um mecanismo que prescreve quais representações dos termos, nós, fragmentos devem ser delimitadas de modo a que se possa estabelecer níveis e práticas significativas exploratórias e decisivas para a projeção do sentido. Fora do texto, os termos possuem todos os sentidos possíveis; são, portanto, o lugar onde o sentido se produz e onde se produz sentido; no texto estão os confins, as projeções hipotéticas, que determinam a gestação de um ou mais sentidos em detrimento de outros. A tessitura será sempre e sempre um mecanismo preguiçoso, construído de modo a pedir ao seu possível leitor que execute uma grande parte do trabalho de sua produção. Um texto, pois, será um mecanismo que, de um lado, fornece uma série de instruções para que se delimite uma possível imagem de seu autor e de seu leitor; de outro, concretize um jogo de estratégias que interagem na coerência do seu sentido. Assim, há textos que requerem um leitor que responda de modo único a sua concretização, tipo os *best-sellers*, os filmes norte-americanos, as telenovelas, os *reality-shows*, enquanto existem outros, no entanto, que são construídos para leitores que fazem um pacto de fantasia, de ficção, de realismo mágico. Há textos, portanto, que exigem uma única resposta de seu leitor, enquanto há outros que tornam complexa esta resposta, levando o leitor a perder-se em trilhas de bosques vastos e densos até que seja possível encontrar algum caminho que o conduza ao sentido, à significação como um todo.

Tal visão implica em uma abordagem teórica que propõe visões de conexão e de coerência textual que devem interagir com o próprio leitor/atualizador da significação. A produção e a interpretação de tal texto se confundem com a própria ideia de signo, quando ambos são processos contínuos de significação permanentemente ativos, associados pela intertextualidade. Para se obter um leitor que “sova” o texto e que o entende como uma prática interpretativa em aberto, precisa-se ultrapassar o patamar da mera textualidade e

entender quando tanto texto quanto leitor, quanto o próprio autor são simulacros projetados por um devir de sentido. Entender-se-á, portanto, que todo texto será um processo de edificação do sentido, gerador de seu próprio leitor ideal e amostragem de um perfil modelo de autor.

O modelo de Eco propõe também uma nova discussão, uma problematização do contexto, pois, ainda que tal contexto esteja imbricado totalmente ao sentido que o texto produz, já representa uma abertura a outros discursos que vão revelar do objeto mundo. Propor um modelo que interaja com o contexto seja este lógico, linguístico, de imagens, sons, marcas temporais... implica, desde logo, numa teoria que faz uso do nível textual como unidade primeira, para dela eleger seus preceitos metatextuais. Tal modelo aprimora a reflexão sobre como se dá a visualidade das manifestações culturais a partir dos meios de comunicação de massa. Igualmente, remete ao papel do receptor na construção do processo comunicativo, e à dinâmica que se estabelece entre emissor e receptor. A partir dos MCM, os receptores organizam conjuntos textuais que só podem ser decodificados com base na literatura dos códigos já sedimentados no contexto cultural. Construída a partir de diferentes linguagens, tal mensagem-texto englobará agora, também os não-ditos, os pressupostos, as ancoragens, exigindo dos seus receptores, competências múltiplas intra e intertextuais. Dito de outro modo, a passagem dos conteúdos veiculados pelos MCM não se realizará apenas em nível de discurso posto, dado, de referência unívoca, mas, sobretudo, tais conteúdos só se podem atualizar em relação às diversas regras contextuais que permitiram sua produção e que fazem parte de sua competência, produtiva coerência e coesão de sentido. A mensagem-texto constituirá, portanto, o lugar onde a significação se estabelece, sempre revelando fenômenos de sentido que só adquirem significação mediante ao contexto social em que se inserem e às linguagens das quais fazem uso. Acima de tudo, mediante às culturas a partir das quais se espelham e pelas quais são espelhadas.

A relação entre os meios, os intérpretes ditos empíricos e aqueles que, aqui, correlacionamos como leitores-modelo, pressupõe, portanto, todo um sistema da significação que parte da nominação, da representação do objeto dinâmico pelo objeto imediato. Igualmente, os leitores-modelos necessitam reconhecer no jogo interpretativo entre texto-contexto, as construções de um dado imaginário ideológico que se reproduz continuamente nos MCM e, a saber, todo discurso ideológico subjaz aos meios e, aos receptores, donde será passível prever ou abduzir jogos de inferências que manifestem e deem conta de determinada interpretação sociocultural inserida numa dada - e só nesta -

relação paradigmática de significação. Todos estes processos de ativação e inserção do texto em complexos conteúdos facilitam a compreensão das isotopias que levarão à confirmação do sentido.

Revisitando a noção de enunciado, e conseqüentemente, a de enunciação, afirma Eco que a comunicação se produz e só se produz através do tecido textual, onde estão as marcas da produção quer como forma de emissor, quer de receptor. Os MCM não permitem jamais a visão de um emissor empírico e, igualmente, de um receptor empírico; eles projetam, no seu construto textual, virtualizações de sujeitos. Estas virtualizações só se podem concretizar como simulacros de sujeitos, actantes que são de uma relação de intercâmbio, de uma relação de construção e desvelamento entre mundos possíveis. Na enunciação se projetam os *frames* de sentido que darão ao destinatário as propostas para revelar este ou aquele universo de significação; de dita produção de real que dado texto pode criar para persuadir seus receptores de que seu jogo interpretativo será legitimado. Assim, o jogo comunicativo torna-se uma similitude dos produtos interativos que se instauram entre sujeitos, mundos possíveis, tempos e espaços virtuais e tudo isso acaba por gerar um modelo teórico que pretende dar conta da mediação do sentido que os MCM executam em qualquer um de seus veículos.

O receptor-modelo já recebe a mensagem textualizada dos meios como um contrato de leitura, uma aceitação do que está sendo proposto. O pseudoreal passa a significar ainda mais do que o real vivenciado. As imagens textuais se depreendem da interpretação do receptor como parte de uma grande estratégia de inferências e abduções, entendendo-a como uma terceira modalidade de inferência, uma espécie de intuição que se dá lentamente, etapa por etapa até chegar à conclusão, ou seja, uma busca pelo sentido. Movido por uma curiosidade deveras abrangente o receptor modelo tentará encontrar o caminho interpretativo a partir das inferências que puder confirmar e das abduções que lhe conduzirão a um viés de sentido só coerente com aquele tipo de tecido textual. E, uma vez que o texto dado pelos MCM se constrói na maioria das vezes como algo bastante vago, algumas vezes dogmático, faz-se necessário que o receptor o reconheça e estabeleça algumas estratégias junto com o emissor para poder decodificá-lo. O texto será, pois, uma estratégia de interpretações legitimáveis, sem as quais podem acontecer até “decodificações aberrantes”. Por isso Umberto Eco preocupa-se em delinear tantos procedimentos que o leitor modelo deve desenvolver, que irão desde o reconhecimento daquilo que o texto tem de mais linear, em seu conteúdo atualizado, até antecipações que podem ou não se

confirmar como universo de sentido. O tramado de passeios inferenciais destes caminhos e descaminhos que o leitor busca, cria simulações de narrativas, enredos, tópicos, isotopias... Assim, não só emissor/receptor são simulações textuais como o próprio texto em si mesmo gera construções de simulacros de linguagens e de práticas interpretativas. Neste viés, o texto se aproxima da ideia peirceana de signo, onde toda ação de sentido acontece numa produção infinita de semiose. A interpretação será um processo que dará conta do reconhecimento, primeiro, de um objeto-mundo ou estado de mundo. Os enunciados podem e devem ter um sentido literal, mas estão dispostos de uma dada forma que revela alguns e só estes tipos de mundos atuais e possíveis. A competência dos receptores deve estabelecer quais escolhas devem ser privilegiadas e quais destas mesmas escolhas estabelecem conexões com o universo externo.

Ser sustentado pelo tecido textual e pelo próprio leitor empírico que aposta numa certa conjectura sobre que tipo de leitor-modelo o texto postula aponta para uma prática hermenêutica inquietante. Mas isso não quer dizer que não possamos adaptar o modelo de análise de Umberto Eco à prática comunicativa.

Assim, se pensarmos que interpretar um texto será analisá-lo a partir de estratégias de leitura que coloquem em evidência os sentidos que ele nos revela ou mesmo sua essência, ou se pensarmos que os textos podem ser infinitamente interpretados como uma grande produção de semioses, estaremos sempre nos deparando com desafios impetuosos que nos levarão cada vez mais a explorar a pesquisa ligada às linguagens e à Comunicação.

Resta-nos a eterna volta às origens ao antigo círculo grego onde a produção do conhecimento se faz, se refaz, se redimensiona... Resta-nos celebrar a suave cor dos pessegueiros e dos jacarandás a florir apropriando-se de um espaço único e diferenciado onde as frutíferas discussões sobre a Comunicação e a Semiótica renascem e se ampliam...

Porto Alegre, 23 de junho de 2013.

## Referências

BARTHES, Roland. **Leçon**. Paris: Seuil, 1978.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

ECO, Umberto. **Kant e o ornitorrinco**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

ECO, Umberto. **A misteriosa chama da rainha Loana**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected papers**. Cambridge: Harvard University, 1958. v. 8.

## **On semiotic colours (or the interconnection between communication and sense production)**

### **Abstract**

This essay, on a critical perspective, seeks to understand semiotics as a methodology for communication studies. Therefore, it leans on the methodological proposal established in the textual and enuntiative semiotic models created by Umberto Eco in 1978 and 1980. Based on the methodological paths which the author constructed, it reshapes the model-reader and posits it as the role of the enuntiator. Seeking to analyze contemporary cultural products, this model reconstructs a sender/receiver simulacra, in which the text itself promotes and rethinks the reading strategies able to be applied to any communicative tessiture.

### **Keywords**

Semiotics. Communication. Culture. Sense production. Analytical models.

Recebido em 17/12/2016

Aceito em 17/12/2016